CSR CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

Trajetórias e desigualdades: Estudantes de ações afirmativas de medicina na UFSC

Trajectories and inequalities: Affirmative action beneficiaries in the medical course at UFSC

Trayectorias y desigualdades: Estudiantes de medicina ingresantes por acciones afirmativas en la UFSC

Luan VIRICIMO

viricimo@gmail.com

Doutor em Sociologia e Ciência Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A partir da pesquisa realizada com estudantes beneficiários do Programa de Ações Afirmativas (PAA) do curso de Medicina da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), campus Trindade, foram identificadas diferenças importantes nas trajetórias e origens sociais, confirmando a presença do processo de estratificação horizontal do ensino superior. O artigo aprofunda essa discussão ao analisar as relações de convivência entre os cotistas, não cotistas e professores, a partir das narrativas dos beneficiários, coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas. Assim, evidenciam-se as dificuldades e tensões enfrentadas pelos estudantes cotistas de Medicina em sua trajetória universitária, marcada pelo contato com repertórios sociais distintos daqueles de sua socialização primária, sobretudo em um curso historicamente associado a perfis socioeconômicos privilegiados. Os resultados indicam que ainda persistem tensões nas interações cotidianas. Entretanto, observa-se uma mudança nesse cenário à medida que o PAA se consolida como uma política pública central na democratização do ensino superior. A análise é baseada nas categorias bourdiesianas de habitus e capitais e incorpora a releitura de Bernard Lahire sobre os processos de socialização.

Palavras-chave: Ações afirmativas; Medicina; Habitus.

Based on research conducted with students benefiting from the Affirmative Action Program (PAA) in the Medicine course at the Federal University of Santa Catarina (UFSC), Trindade campus, significant differences were identified in students' trajectories and social backgrounds, confirming the presence of a horizontal stratification process in higher education. This article deepens the discussion by analyzing the relationships and interactions among quota students, non-quota students, and professors, drawing on narratives collected through semi-structured interviews. The findings highlight the difficulties and tensions experienced by quota students in Medicine throughout their university journey, marked by contact with social repertoires distinct from those of their primary socialization—particularly in a field historically associated with privileged socioeconomic profiles. The results indicate that tensions in everyday interactions still persist. However, changes are also observed as the Affirmative Action Program becomes consolidated as a central public policy for the democratization of higher education. The analysis is grounded in Bourdieu's categories of habitus and capital, incorporating Bernard Lahire's reinterpretation of socialization processes.

Keywords: Affirmative action; Medicine; Habitus.

A partir de la investigación realizada con estudiantes beneficiarios del Programa de Acciones Afirmativas (PAA) del curso de Medicina de la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC), campus Trindade, se identificaron diferencias significativas en las trayectorias y orígenes sociales, lo que confirma la presencia del proceso de estratificación horizontal en la educación superior. El artículo profundiza esta discusión al analizar las relaciones de convivencia entre estudiantes con cuota, sin cuota y profesores, a partir de las narrativas de los beneficiarios, recolectadas mediante entrevistas semiestructuradas. De esta manera, se evidencian las dificultades y tensiones enfrentadas por los estudiantes con cuota en Medicina a lo largo de su trayectoria universitaria, marcada por el contacto con repertorios sociales distintos a los de su socialización primaria, especialmente en un curso históricamente asociado a perfiles socioeconómicos privilegiados. Los resultados indican que aún persisten tensiones en las interacciones cotidianas; sin embargo, se observa un cambio en este escenario a medida que el PAA se consolida como una política pública central para la democratización de la educación superior. El análisis se basa en las categorías bourdieusianas de habitus y capitales, e incorpora la reinterpretación de Bernard Lahire sobre los procesos de socialización.

Palabras clave: Acciones afirmativas; Medicina; Habitus.

Medicina como profissão imperial

A profissão médica, historicamente, ocupa um lugar de destaque no ensino superior brasileiro, tanto em instituições de ensino públicas quanto privadas. O prestígio da medicina manifesta-se não apenas nas elevadas notas para aprovação nos exames vestibulares, mas também na alta relação candidato/vaga, configurando-a como uma das carreiras mais seletivas do país. Como consequência, ao longo das últimas décadas, consolidou-se seu elevado prestígio social e significativo retorno financeiro (Vargas, 2010).

Bourdieu e Passeron (2011), ao estudarem o campo francês, destacou

propriedades socioculturais associadas ao diploma médico, assim como a conversação do retorno do capital cultural em capital econômico, evidenciando que o ensino superior funciona como mecanismo de reprodução social. No contexto brasileiro, Edmundo Coelho (1999) identificou a profissão médica como uma das três "profissões imperiais", em conjunto com Engenharia e Advocacia. Tais profissões têm capacidade de autorregulação nas suas funções, visando maximizar os lucros. Ainda, elas surgiram em conjunto com o Estado brasileiro e adquiriram significativa autonomia corporativa (Coelho, 1999).

Historicamente, os cursos de formação médica no Brasil concentraram-se no Rio de Janeiro e na Bahia (Frank e Rempel, 2022), restrição que resultou em acesso desigual e consolidou a elitização do ensino, privilegiando indivíduos com maior capital econômico e cultural. Foi somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1990, que a oferta do curso passou por uma expansão significativa, com abertura de novas instituições e cursos (Frank e Rempel, 2022). Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o curso foi inaugurado em 1957.

A expansão acelerada nos anos 2000 suscitou questionamentos sobre a qualidade da formação médica (Macedo *et al*., 2016). Por pressão do Conselho Federal de Medicina (CFM) e da Associação Médica Brasileira (AMB), o Ministério da Educação (MEC) chegou a suspender por cinco anos a criação de novos cursos, evidenciando que essas instituições garantem o prestígio da profissão e a elevada conversão do diploma em capital econômico, processos identificados por Coelho (1999).

No que se refere aos retornos financeiros da carreira, dados da Federação Nacional dos Médicos (Fenam) indicam que, em 2022, o piso salarial situava-se em R$ 17.742,78, consolidando a medicina como uma das profissões de maior retorno econômico no ensino superior brasileiro (Vargas e Silva, 2018). Essa elevada remuneração reforça a percepção de que a profissão permanece socialmente elitizada, acessível majoritariamente a indivíduos com maior capital econômico e cultural (Ristoff, 2014).

No contexto do ensino superior brasileiro, o curso de Medicina reflete os mecanismos de produção das desigualdades sociais apontadas por Bourdieu (1996), concentrando oportunidades para indivíduos detentores de maior capital econômico e cultural. Esse padrão seletivo e elitizado evidencia a participação da medicina no processo de estratificação horizontal do ensino superior, na qual a posse de capital cultural e econômico e o *habitus* garantem posições de destaque no ensino superior.

Assim, o prestígio da profissão e o retorno econômico associado ao diploma reforçam a manutenção dos privilégios de grupos socialmente valorizados (Carvalhaes e Ribeiro, 2019). Conforme evidenciado por Bourdieu (1996), tais mecanismos não se limitam à distribuição das poucas vagas, envolvendo a acumulação de capitais e *habitus* que legitimam posições de destaque a determinados indivíduos, mas também tendem a atuar mecanismos de reprodução das desigualdades sociais.

As ações afirmativas na Medicina da UFSC: mudanças no perfil e novos estudantes

Conforme destacado por Tragtenberg (2012), o Programa de Ações Afirmativas da UFSC (PAA/UFSC) foi aprovado pelo Conselho Universitário (CUn) em 2007, e o primeiro vestibular da instituição com a participação do programa ocorreu em 2008. Naquele período, devido à inexistência de

uma regulamentação nacional, a proposta formulada pela instituição previa uma duração inicial de cinco anos para posterior reavaliação.

Em 2012, foi aprovada a Lei Federal n. 12.711, que "dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências", popularmente conhecida como a "Lei de Cotas" (*Lei n. 12.711*, 2012). Essa legislação nacionalizou uma política de reserva de vagas, tornando o PAA/UFSC permanente.

A incorporação do PAA/UFSC, entretanto, não ocorreu de forma unânime, suscitando debates acerca da eficácia do programa e do desempenho acadêmico dos beneficiários (Tragtenberg, 2012). Com a consolidação da política, contudo, a UFSC observou uma mudança no perfil de acadêmicos de classes populares e negros, além de um aumento, ainda que inicial, de mulheres negras (Passos, 2015).

Na literatura especializada, essa política tem sido reconhecida como um instrumento de democratização do campo universitário, configurando não apenas os novos perfis dos acadêmicos do curso de Medicina, mas também, de maneira mais ampla, a própria carreira, uma vez que passou a incluir indivíduos com diferentes capitais e *habitus*.

No quadro 1 apresentam-se as principais características sociais dos cotistas no curso de Medicina. Esses aspectos constituem a base empírica para análise e interpretação das dinâmicas de convivência e inserção acadêmica.

No que se refere à trajetória de escolarização, observamos a predominância de estudantes oriundos do ensino médio público, porém de instituições federais reconhecidas pela qualidade, como as Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) e o Instituto Federal de Santa Catarina (Ifsc) (Nascimento *et al.*, 2020). Frequentemente essa formação é articulada às experiências de cursinhos pré-vestibulares, evidenciando as estratégias de compensação diante das desigualdades de acesso ao ensino superior. Quanto às dificuldades materiais no ensino superior, identificamos a limitação do capital econômico como um dos obstáculos que impactam diretamente o acesso a recursos acadêmicos — como livros, equipamentos tecnológicos e materiais de uso cotidiano no curso. Essas carências materiais não apenas tensionam a permanência, mas também revelam as desigualdades que persistem mesmo após o ingresso universitário.

A seguir, estão sintetizadas as características que permitem compreender a articulação entre origem social, trajetória educacional e condições de permanência no curso de Medicina da UFSC.

Conforme demonstrado por Ristoff (2014), o ingresso no curso de Medicina esteve historicamente concentrado entre indivíduos socioeconomicamente privilegiados, refletindo o caráter elitista da profissão no Brasil. Sob a perspectiva bourdieusiana, os capitais cultural e econômico moldam o acesso a esses espaços de prestígio.

Ristoff (2014), ao analisar os dados do Exame Nacional do Ensino Superior (Enade), concluiu que o curso é frequentado majoritariamente por indivíduos de classe média alta, brancos e egressos do ensino privado. Entretanto, com a implementação e nacionalização da Política da Ação Afirmativas, verificaram-se mudanças significativas nesse perfil, tornando esse cenário mais heterogêneo e atraindo um "novo perfil": de faixa de renda mais baixa, negros, indígenas e egressos do ensino médio público (Ristoff, 2014), além de, posteriormente, indivíduos com deficiência (*Lei n. 13.409*, 2016), o que verificamos também na nossa pesquisa e é ilustrado no quadro 1.

Quadro 1. Estudantes cotistas de Medicina da UFSC[1]

NOME E IDADE[2]	TRAJ. DE ESCOLARIZAÇÃO NO EM[3]	DIFICULDADES MATERIAIS NO ES[4]	RELATO DE DIFICULDADE DE CONVIVÊNCIA COM OUTROS ESTUDANTES
Lauro, 27 anos, 5ª fase	EM na Etec1; curso pré-vestibular	Não	Sim
Jairo, 24 anos, 7ª fase	EF1 particular; EM em colégio militar; curso pré-vestibular privado e com bolsa	Parcialmente, somente falta investimento pelo pai em atividades de lazer.	Sim
Mariana, 30 anos, 10ª fase	EF em colégio privado; EM no Ifsc; curso pré-vestibular privado	Não	Sim
Tales, 25 anos, 10ª fase	EF e EM em colégio público; curso pré-vestibular privado	Não	Sim
Pedro, 27 anos, 4ª fase	EF particular; EM no Ifsc; curso pré-vestibular privado	Não	Não
Fernando, 22 anos, 6ª fase	EF em escola pública; EM. na Etec; curso pré-vestibular público	A família "se aperta" um pouco, mas garante sua manutenção no ES.	Não
Juliano, 30 anos, 4ª fase	EF público; EM no Ifsc1; experiência no curso de Engenharia	Sim, na compra de materiais para utilização ao longo do curso.	Não
Márcia, 31 anos, 4ª fase	EF e EM estaduais; curso pré-vestibular privado com bolsa	Sim, materiais, financeiras e moradia. Utiliza a política de permanência da UFSC.	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Observa-se, porém, que estudantes cotistas que ingressam em cursos historicamente frequentados por indivíduos socioeconomicamente privilegiados ainda enfrentam a perpetuação de desigualdades nesse mesmo nível de ensino. Esse fenômeno evidencia as dinâmicas de estratificação horizontal do ensino superior, que é a hierarquia de prestígio e valor entre diferentes cursos e instituições (Carvalhaes e Ribeiro, 2019).

Nesse contexto, mesmo com a consolidação da política de cotas, muitos cotistas tendem a enfrentar dificuldades na

[1] O Quadro corresponde a uma versão sintetizada do quadro apresentada na tese do próprio autor (Viricimo, 2025), mantendo as informações essenciais para a análise proposta deste artigo.
[2] Os nomes utilizados ao longo do texto são fictícios, com objetivo de preservar a identidade dos entrevistados.
[3] Sigla para Ensino Médio.
[4] Sigla para Ensino Superior.

adaptação e na convivência universitária, uma vez que estão se inserindo em espaços sociais diferentes daqueles em que foram socializados e se relacionando com um conjunto distinto de capitais e *habitus*.

Conforme exposto no quadro, observa-se que os beneficiários fazem parte do "novo perfil" descrito por Ristoff (2014) e enfrentam desafios relacionados à convivência, às regras acadêmicas, à socialização extracurricular e ao acesso a estágios, materiais e equipamentos fundamentais para a formação médica. É nesse sentido que o presente artigo propõe aprofundar a análise, por meio de entrevistas, da convivência entre os cotistas e não cotistas.

Metodologia de pesquisa

Os estudantes beneficiários das cotas não devem ser tratados como um grupo homogêneo, pois diferem entre si quanto aos aspectos socioeconômicos, às trajetórias sociais e às experiências universitárias. Mesmo dentro desse grupo, observa-se uma heterogeneidade significativa, com diversidade de perfis e trajetórias, resultados constatados em estudos anteriores (Bonaldi e Viricimo, 2025; Viricimo, 2024).

No entanto, mesmo considerando essas diferenças internas, os cotistas ainda tendem a permanecer estigmatizados no ambiente universitário, enfrentando dificuldades em suas relações com os ingressantes de ampla concorrência. Nesse sentido, o presente estudo contribui para a literatura ao descrever as relações sociais envolvendo os cotistas na carreira de Medicina.

A pesquisa analisa entrevistas realizadas com oito estudantes cotistas de Medicina na UFSC, a partir das quais foram construídas narrativas sobre suas experiências durante a trajetória acadêmica. As entrevistas foram semiestruturadas em profundidade, sendo posteriormente transcritas e analisadas. A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisas em Seres Humanos (CEPSH) da UFSC.

Essas trajetórias sociais evidenciam as estruturas sociais e marcadores de classe, permitindo compreender como o capital cultural e econômico molda as experiências individuais e coletivas desses estudantes na educação (Bourdieu e Passeron, 2011).

O caráter qualitativo da pesquisa possibilitou analisar as interações dentro desse novo contexto universitário. Diferentemente da pesquisa quantitativa, que busca padrões e regularidades, a pesquisa qualitativa prioriza o contexto, a subjetividade e a complexidade das relações sociais, permitindo identificar as múltiplas influências sociais que moldam a maneira de ser, pensar, agir e sentir dos sujeitos ao longo de suas trajetórias em diferentes instâncias de socialização, como família, escola, trabalho e outros espaços sociais (Lahire, 2002).

Ou seja, este estudo busca compreender o que há de social nos indivíduos, explicando suas disposições, práticas e comportamentos, considerando que "cada indivíduo é portador de uma pluralidade de disposições que provêm de diferentes experiências sociais, por vezes contraditórias entre si" (Lahire, 2002, p. 26).

É importante destacar que, em pesquisas qualitativas baseadas em trajetórias sociais, deve-se evitar a "ilusão biográfica" (Bourdieu, 2005). Segundo Bourdieu (2005), é importante reconstruir a trajetória social sem recorrer a uma visão personalista, reconhecendo que as trajetórias não correspondem a uma sequência lógica e coerente de eventos; ao contrário, elas são "atravessadas por rupturas, condicionamentos e acasos que a tornam descontínua e socialmente determinada" (Bourdieu, 1998, p. 205).

Dessa forma, as visões dos estudantes são interpretadas considerando suas

trajetórias objetivas e socialmente situadas, o que permite compreender a complexidade das experiências na carreira de Medicina da UFSC.

A convivência entre os estudantes: as narrativas dos cotistas

A socialização é um processo que pode ser dividido em duas dimensões complementares. Os indivíduos tendem a frequentar espaços que reproduzem suas práticas sociais previamente incorporadas, uma vez que, para Bourdieu (1996), a reprodução social tende a atrair os indivíduos para um destino de classe esperado. Para Lahire (2002), os indivíduos são expostos à socialização primária, vivida no espaço familiar e à socialização secundária, que ocorre ao longo da vida, em diferentes espaços de socialização, como escola, igreja e trabalho.

Em seu prolongamento crítico, Lahire (2002, 2016) ressalta que o *habitus* não necessariamente é homogeneizador e que os indivíduos podem reformular ao serem expostos a repertórios plurais. Este artigo articula essas duas perspectivas com base tanto em entrevistas realizadas com estudantes cotistas de medicina da UFSC, evidenciando os aspectos homogeneizadores, que tendem a aproximar, quanto os aspectos heterogêneos, que podem gerar dificuldades de convivência entre os indivíduos.

As trajetórias analisadas demonstram que as disposições incorporadas pelos cotistas são distintas daquelas observadas entre os ingressantes de ampla concorrência, gerando estranhamentos e choques. Ao ingressar na universidade, aqueles passam a conviver em um contexto plural, com um repertório de *habitus* heterogêneos. Nesse ambiente, o indivíduo plural consegue adaptar seu repertório de acordo com o contexto, compreendendo que, embora existam situações de conflitos, há também repertórios compartilhados (Lahire, 2016).

Conforme verificado por Bourdieu (1998), os capitais incorporados ao longo de suas trajetórias sociais influenciam não apenas a escolha pela carreira, mas também as suas trajetórias. O entrevistado Pedro exemplifica essa influência ao afirmar que, devido à sua origem social, “jamais conseguiria ter feito medicina sem ação afirmativa, “porque o meu pai sendo funcionário público e minha mãe trabalhando, ainda assim o salário deles não teria capacidade de pagar uma graduação em medicina particular para mim, não tem”.

Ao abordar essas questões econômicas, Tales evidencia diferenças de vivências em relação a seus colegas de curso, destacando que “Ah, a mina tá reclamando que o pai dela não emprestou 100 mil para a bolsa que eu queria e eu tipo, meu pai não conseguiu me mandar dinheiro para as contas do mês”.

É por meio dessas conversas informais e interações cotidianas que os estudantes passam a identificar quem é ou não cotista. Com base nessas percepções, eles elaboram estratégias de convivência e de posicionamento dentro do espaço acadêmico.

Para Juliano, essas diferenças econômicas se espelham nas interações cotidianas quando comenta que “As pessoas da medicina são legais, mas ela tem, algumas, elas vivem num mundo paralelo. No sentido, por exemplo, eu nunca fui para o nordeste, sei lá, meu sonho é ir para o nordeste, meu sonho é ir lá. Aí uma colega: ‘nossa, um negócio tão simples, como você não foi?’”.

As relações e oportunidades são socialmente construídas, e os estudantes cotistas narram que não se sentem completamente pertencentes a esse meio social.

Essas desigualdades estruturam subgrupos internos. Como observado por Mariana.

> *[O] pessoal que tem mais dinheiro, o grupinho mais ou menos . . . . Então meio que não se mistura muito! Todo mundo é... claro... ninguém é grosseiro com o outro, todo mundo é querido se tu fores lá e conversar, vai ser uma conversa normal, mas em questão de proximidade mesmo são poucos.*

Diferenças de capital também impactam o desempenho acadêmico e a percepção de professores e colegas. Juliano evidencia que marcadores sociais, roupas e aparência física funcionam como instrumento de diferenciação social ao afirmar: "então tu precisa investir dinheiro até nas roupas do dia a dia, não dá para ir com qualquer roupa, as pessoas te olham diferente! Aí junta a questão que você não tem fisicamente a aparência de um médico".

Nesse cenário, discentes com capitais econômicos semelhantes tendem a formar grupos no interior do curso. Essas diferenças contribuem para a formação de dois grupos distintos: de um lado, estudantes de ampla concorrência e mais privilegiados; e de outro, cotistas e menos privilegiados. Segundo Pedro, de maneira geral, "a turma é, tirando as pessoas que entraram pela ação afirmativa de negros, são brancos, de classe alta, descendentes de europeu, é isso, quase que unânime, homogêneo . . ."

Essa configuração evidencia que as desigualdades estruturais dificultam a integração, reforçando as barreiras sociais e impactando tanto a convivência quanto o senso de pertencimento no curso de Medicina.

> *Mas, no geral, são pessoas com histórico parecido com o meu, né? A gente sabe que o curso de Medicina ainda é, infelizmente, muito elitizado, muito branco, muito racista, muito preconceituoso e tudo mais. Tem colegas, como eu disse, que tem experiência de vida completamente diferente da minha, sabe? Nunca tiveram que passar vontade, nunca tiveram necessidade de algo que não conseguiram comprar, sabe? E meu círculo de amizade, não sei se tem algum de ação afirmativa ou não, mas de qualquer forma, são pessoas que eu tenho certeza que sempre pertenceram ou são muito mais próximas a minha realidade que a realidade desses outros colegas (Entrevistado Tales).*

A desigualdade de capitais também se manifesta na organização do tempo e acesso a recursos essenciais para o desempenho acadêmico. Fernando destaca que "a gente fica assim, meio que como um grupo à parte, e assim, a gente sempre vê que são as menores notas, com maior dificuldade", atribuindo a esse cenário, em parte, as condições materiais desfavoráveis, como longos deslocamentos, ausência de apoio familiar e a necessidade de administrar sozinho as tarefas domésticas, que impactam diretamente o desempenho acadêmico.

Em contrapartida, segundo os entrevistados, os discentes de ampla concorrência, em maioria detentores de maior capital econômico e cultural, dispõem de recursos que funcionam como facilitadores para suas experiências universitárias, como o acesso a livros, tecnologias, equipamentos e ambientes mais adequados de estudo, o que amplia as possibilidades de dedicação acadêmica.

Esse acesso desigual aos bens acadêmicos também reforça as barreiras entre os grupos. Como relata Pedro, "particularmente não tenho dinheiro para comprar livros, porque os livros de medicina são 600, 700, 800 reais, e eu não tenho a menor condição". Embora reconheça que a Biblioteca Universitária (BU) oferece uma boa estrutura, ele relata que o número de exemplares ainda é reduzido devido à alta demanda, o que torna o acesso insuficiente. Para contornar essa limitação,

esses beneficiários das cotas recorrem a outras estratégias, como cópias compartilhas ou arquivos em PDF.

Conforme aponta Ristoff (2014) a expansão do acesso ao ensino superior, embora tenha ampliado a diversidade de perfis sociais, também produziu processos de estratificação horizontal (Ribeiro e Schlegel, 2015), o que evidencia que as condições desiguais de capital cultural e acadêmico produzem trajetórias diferenciadas no interior do curso, conforme argumenta Márcia:

> *Às vezes a gente pira perto das provas, não dorme, e daí vai fazer a prova virada, sabe? E a gente não tem o mesmo desempenho da pessoa que tá com a jantinha pronta, que chega em casa o quarto tá arrumado, que tem um tablete para levar para faculdade, para fazer as coisas! E tá tudo certo, não se preocupa com dinheiro, não se preocupa... E tem muita gente assim na minha sala. Que não tem nenhuma preocupação financeira, preocupação de vida (Entrevistada Márcia).*

Juliano complementa a análise falando de dois equipamentos que, segundo ele, "se tornam quase símbolos de diferenciação", que são os jalecos e os estetoscópios. Para o estudante, os jalecos mais simples, utilizados por cotistas de baixa renda, são "básicos e todos brancos" (termos do entrevistado), enquanto outros, mais caros, exibem bordados personalizados, com o brasão institucional e com nome do acadêmico, o que se torna um marcador social.

O estetoscópio, embora existam modelos mais simples e financeiramente "acessíveis", torna-se um instrumento de diferenciação, em que os de maior valor, além da qualidade, carregam *status*.

Nesse sentido, esses objetos assumem funções além do seu uso instrumental, convertendo-se em símbolos de pertencimento e diferenciação. Assim, tais elementos contribuem para a hierarquização interna dos estudantes, evidenciando as diferenças de capital econômico:

> *Mas a questão que pega é do estetoscópio, porque esse que eu comprei é muito barato, para você escutar os sons cardíacos, do pulmão, da respiração é bem difícil com ele, tem que ser um ambiente totalmente em silêncio, porque ele é fraco, é de uma qualidade inferior. Já esse que te falei, mais caro, não. Essa é uma coisa que prejudica. E eu vou ter que comprar logo, porque, a partir do semestre que vem, a gente já vai ter as consultas, vai precisar! É bastante complicado (Entrevistado Juliano).*

Nesse contexto, vimos que esses alunos enfrentam dificuldades que se estendem além de sua permanência. Outra barreira apontada nas entrevistas refere-se ao caráter integral do curso, que restringe a possibilidade de inserção em alguma atividade remunerada e, consequentemente, compromete o rendimento e permanência dos beneficiários das ações afirmativas de baixa renda.

Pedro exemplifica essa realidade ao afirmar que "é um curso que tu não consegue trabalhar e não teria horário para fazer nada muito grande extracurricular", evidenciando como a exigência de dedicação exclusiva impõe obstáculos adicionais aos cotistas, dificuldade estas, segundo os entrevistados, não vivenciada por estudantes mais privilegiados.

Márcia complementa essa percepção ao destacar que a carga horária extensa se torna um fator que dificulta a permanência, afirmando que "mesmo estando em uma universidade pública, é um curso que exige muito muito! Primeiro que é um curso que é o dia inteiro". Além disso, menciona outras dificuldades, como o custo elevado dos aluguéis em Florianópolis, principalmente nas regiões mais próximas ao campus universitário, o transporte público

e as condições de trânsito, o que, em suas palavras "a gente fica um pouco em desvantagem em relação a isso, a gente não tem os mesmos acessos que eles, apesar de estar em um mesmo lugar e ter as mesmas oportunidades, digamos assim" (Entrevistada Márcia).

O curso ser integral dificulta a conciliação com as responsabilidades domésticas. Diferentemente dos discentes oriundos de famílias de maior poder aquisitivo, muitos não dispõem de uma rede de apoio composta por empregados domésticos ou familiares que possam auxiliá-los nessas tarefas. Essa sobrecarga, que combina as demandas acadêmicas, impacta diretamente o tempo disponível para os estudos.

Conforme demonstrado por Bourdieu (1998), ser detentora de um maior capital econômico permite à família converter recursos financeiros em vantagens escolares, possibilitando uma dedicação exclusiva ao curso.

Jairo destaca que:

> *. . . tu olha na turma dá para ver quem é filhinho de papai, não que isso seja ruim, mas dá para saber quem tem a janta pronta, a roupa lavada, a cama prontinha para ele deixar... e tem aquele que chega em casa tem que fazer a comida, comer no RU todos os dias, que tem... que depende do restaurante universitário. Tem aquele que tem o privilégio de ter carro ou vai de moto para faculdade e tem aquele que tem que ir embora a pé ou ir embora de ônibus, mora muito longe! (Entrevistado Jairo).*

Essas narrativas evidenciam que a desigualdade de capitais não impacta apenas a permanência, mas também as experiências de forma mais ampla. Os cotistas precisam conciliar seu desempenho na graduação com suas restrições financeiras, o que influência diretamente sua rotina, escolhas e possibilidades de envolvimento no curso.

Outro aspecto relevante é a socialização fora dos ambientes universitários. O baixo capital econômico limita a participação em festas, encontros e eventos sociais, devido aos custos associados a transporte, ingressos, vestimentas e consumo, que se tornam impeditivos. Esse cenário contribui para reforçar as barreiras e amplia o sentimento de não pertencimento nos espaços acadêmicos:

> *Mas eram pessoas que sempre eram deixadas de lado, sempre que tinha um role, eles não tinham condições de ir, aí eles não iam e tudo mais, que também era o meu caso, e também acaba se juntando assim automaticamente. Pessoas que vivem uma realidade diferente, os outros é tipo "vamos pegar um carro aqui e vamos para Jurerê", enquanto a gente tinha que ficar lá pela UFSC (Entrevistado Fernando).*

Mariana relata como os custos associados a certas práticas de lazer acabam delimitando os grupos no interior do curso. Em suas palavras, "já tentaram juntar mais a nossa turma, aí uma pessoa vai lá é propõe fazer uma janta em um sushi que custa 110 reais, então, quem vai nesse sushi não vai ser o meu grupinho, por exemplo, né? Então fica sempre separado assim".

Essa fala evidencia como o capital econômico funciona como um princípio de distinção social (Catani e Oliveira, 2002). Conforme Bourdieu (1996), o acesso a determinados espaços e práticas sociais não depende apenas das vontades individuais, mas dos capitais associados, que conferem legitimidade e acesso a grupos.

O entrevistado Jairo complementa esse cenário ao relatar que as festas de Medicina acabam sendo excludente para os cotistas:

> *Ah, por exemplo, que eu falei das festas universitárias, porque o pessoal da Medicina é bem festeiro, eu não sei da onde eles*

> *arrumam dinheiro para tanta festa, mas acho saudável, tem que ter! Mas eu não sei onde eles acham dinheiro para toda semana ir para uma festa* open bar *de 60, 80 reais! Eu não tenho esse dinheiro! E toda semana é festa e a gente acaba meio que sendo isolado desses grupinhos, porque é sempre o mesmo grupinho que vão para essas festas, eles ficam amigos, e aí nunca te chamam para fazer as coisas e aí é assim, sabe? (Entrevistado Jairo).*

Lahire (2002) destaca que os estudantes de classes populares podem entrar em tensão com os padrões culturais dominantes, mas eles tendem a traçar outras estratégias para facilitar a convivência. Entre as estratégias, Pedro cita a entrada no time de atletismo de Medicina, que facilitou a criação de uma rede de contato com outros discentes não cotistas, por meio da qual começou a:

> *...participar do time de ecletismo, medicina atlética é bastante forte, eu sempre tive vontade e me meti lá. E um dos meninos que estuda comigo é coordenador do atletismo, então eu comecei a ter mais contato com ele, aí ele mora junto com um dos outros meninos que divide apartamento, né? Um outro menino que é mais amigo nosso e tem um outro que é mais por afinidade mesmo, gosta de tocar violão. Mas engraçado assim, ele foi chegando e por isso mesmo... Proximidade do que faz no dia a dia assim (Entrevistado Pedro).*

Por mais que utilizem essas estratégias, as desigualdades tendem a perdurar e impactam a construção de redes de contato profissional. Ingressantes da ampla concorrência, frequentemente têm mais oportunidades de acesso a estágios e atividades extracurriculares, o que facilita o ingresso ao mercado de trabalho. O entrevistado Fernando aponta a existência de um "currículo oculto":

> *Acho que todos os cursos têm isso, né, mas a gente tem esse currículo oculto, uma grande concorrência, estágios e vivências extras, né? Que é algo que a gente que não tem uma rede de contato na área médica também não tem disponibilidade financeira de tempo e capacidade psicológica, a gente acaba meio que perdendo essas coisas, né? Tem outras coisas que algumas pessoas têm bem mais tranquilidade de estudar, não têm que se preocupar com tanta coisa como a gente se preocupa (Entrevistado Fernando).*

Essa dimensão durante o processo formativo reforça as desigualdades: enquanto discentes de ampla concorrência tendem a herdar e ter maior facilidade nas redes de contato — em vantagens acadêmicas —, os beneficiários enfrentam outras dificuldades devido às limitações do capital econômico e cultural das suas famílias.

Nesse cenário, apesar de a universidade se apresentar como um espaço de mobilidade social e da recente expansão da democratização de acesso, ainda acaba reproduzindo as desigualdades sociais. O ingresso por meio das políticas de ações afirmativas não garante a igualdade nas condições de acesso e permanência.

Reforçando esse contexto, conforme categorizado por Bourdieu e Saint-Martin (2015), o "julgamento professoral" envolve mecanismos nos quais os professores, de forma inconsciente, valorizam o *habitus* da classe dominante e reforçam a dificuldade enfrentada pelos discentes cotistas como falta de interesse, esforço ou capacidade. Dessa forma, os estudantes de origens populares acabam estigmatizados. Sobre isso, Jonas relata que, em "uma disciplina, todo mundo que reprova nele, por incrível que parece, são pessoas de ações afirmativas".

A fala de Jonas evidencia como práticas aparentemente inconscientes reforçam e reproduzem as desigualdades sociais, comprometendo o desempenho desses discentes e ilustrando a distância entre os *habitus* exigidos e aqueles incorporados ao longo da trajetória social (Bourdieu e Saint-Martin, 2015).

Fernando aprofunda essa análise sobre as oportunidades extracurriculares, publicações e iniciação científica, relatando: "eles (os professores) sempre meio que, sei lá, vamos supor que ele fala: 'preciso de um aluno para me ajudar a publicar um artigo', normalmente ele procura esses específicos (discentes de classe social mais altas)":

> *Mas o que eu percebo são com os professores mais antigos, algumas coisas que fazem esse pessoal, essas minorias novas que estão entrando e ocupando esses espaços, que deixam as pessoas desconfortáveis. Vou te dar um exemplo bem simples, mas que faz diferença para a gente: quando o professor tá fazendo a chamada, no primeiro dia de aula, conhecendo os alunos e tem um aluno com o nome italiano, português... nome é... alemão, essas coisas. E começa uma conversa: "de onde seus pais vieram, nossa tu conhece esse aqui, nossa, tu conhece aquele médico lá que em nome igual o seu?" (Entrevistado Tales).*

Fernando argumenta que "algumas coisas são meio que monopolizadas para um grupo, né, e como esse grupo acaba e os professores acabam dando maior visibilidade". Essa seleção, que ocorre de modo inconsciente, demonstra como o capital cultural acumulado ao longo de suas trajetórias é reconhecido pelos docentes, que acabam restringindo a participação dos estudantes cotistas.

As desigualdades vivenciadas pelos beneficiários não se limitam às dimensões mencionadas, pois existem, ainda, comentários e práticas mais sutis, que envolvem julgamentos estéticos e marcadores corporais, muitas vezes reforçados pelos próprios docentes. Um exemplo disso é o relato de Lauro: "enquanto ele (o professor) chamava os outros de doutores, eu estava de trança naquela época, e ele me chamava de rasta".

Essa situação evidencia que determinadas características, como o uso de tranças e cabelos rastafári, ainda estão associadas a estereótipos de classificações desvalorizadas, nas quais alguns docentes atuam legitimando o *habitus* das classes dominantes, que seriam facilmente aceitos no meio acadêmico.

O mesmo tipo de julgamento é percebido durante os estágios ou internatos, frequentemente associado às questões de origem social e etnia. Mariana revela que:

> *A questão dos meus amigos negro é racismo de equipes, pacientes também. Passa dois internos brancos, são médicos. Aí passa dois internos negros já chamam: "ô, enfermeiro; ô, enfermeira", tu percebe muito esse racismo estruturado assim. Que não é aquele ataque de violência, mas é um racismo leve [fazendo aspas com a mão].*

Jairo relembra, ainda, a discriminação sofrida por estudantes indígenas, observando que uma cotista pode ter sido prejudicada, quando outros colegas com notas equivalentes não foram, argumentando que "tipo, e ela era indígena. E o outro colega tinha as mesmas notas e não ficou em recuperação! E esse professor tem histórico de perseguir estudantes indígenas!" (Entrevistado Jairo).

As entrevistas revelam uma mudança importante: os ingressantes no curso

antes da pandemia de Covid-19[5] relatam maior incidência de julgamentos de professores e atitudes preconceituosas por parte de alguns docentes, enquanto aqueles que ingressaram após o contexto pandêmico percebem um ambiente relativamente mais acolhedor.

Essa mudança parece indicar um processo de "amadurecimento das ações afirmativas", em que os anos de consolidação da política contribuíram para uma maior aceitabilidade e normalização da presença cotidiana dos beneficiários das cotas no curso de Medicina.

Márcia, que ingressou no contexto pandêmico, demonstra essa percepção ao afirmar que, embora não tenha sofrido episódios de racismo, sentiu os efeitos das manifestações de alguns professores:

> *Tive nenhum problema com os professores, diretamente comigo, mas existem alguns professores que são bem racistas, contra cotas, falam que cotista é... não deveria existir. Eu me sinto atingida, mas como a gente tá num meio que as pessoas têm um poder aquisitivo muito maior... (Entrevistada Márcia).*

A narrativa demonstra que embora existam avanços, algumas atitudes discriminatórias ainda persistem. Entretanto, a ampliação da presença de estudantes negros parece ter modificado a postura de parte do corpo docente. Isso é resultado do processo de amadurecimento das ações afirmativas.

Juliano, que cursou sete semestres de Engenharia na UFSC, antes de ingressar em Medicina, percebe essa mudança, especialmente no que se refere à representatividade:

> *Olha, na Engenharia era mais difícil porque tinha bem menos, principalmente em 2016, que tava meio que começando essa política, né, então era muito difícil! Era muito difícil assim! Era só eu e um amigo meu foi um dos poucos que fiz de amigo no curso, tinha basicamente os dois e era... a gente, não era que a gente era excluído, mas nunca tava no grupo com os outros. A Medicina tem bem mais, bem mais representatividade. Não tem como deveria, mas, comparado à Engenharia, tem muito mais... na Medicina, eu acho que os professores são um pouco mais bons, sabe?*

Essa comparação feita por Juliano demonstra os dois processos: a persistência do julgamento professoral e, ao mesmo tempo, o processo de amadurecimento das ações afirmativas.

Essas transformações também se expressam pela diversificação do próprio corpo docente da Medicina. Juliano relata que no curso de Medicina conheceu o primeiro professor negro da sua trajetória acadêmica.

Ou seja, essas narrações evidenciam o ponto crucial: a expansão do sistema universitário brasileiro e a consolidação da política de ações afirmativas, que contribuíram para ampliar a presença de um novo perfil tanto de estudantes como de docentes.

No entanto, conforme demonstrado por Lucas e Byrne (2017), o processo de democratização ainda não elimina completamente os mecanismos de estratificação

[5] A pandemia de Covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, ocasionou a suspensão das atividades presenciais em diversos setores, incluindo o ensino. Entre 2020 e 2022, foram adotadas medidas excepcionais de organização e funcionamento das atividades educacionais, resultando em adaptações emergenciais nos formatos de trabalho e estudo.

horizontal do ensino superior, em que o curso de Medicina continua tendo maior prestígio social e mais dificuldades de convivência.

Considerações finais

Ao analisar as trajetórias dos estudantes cotistas no curso de Medicina, observamos que as homogeneidades sociais ainda exercem influência significativa, sobretudo nos primeiros meses do curso, quando os alunos tendem a buscar grupos de convivência com trajetórias semelhantes. As narrativas coletadas indicam que essas trajetórias são atravessadas por tensões simbólicas e afetivas, uma vez que os discentes experimentam, simultaneamente, desafios relacionados às desigualdades sociais e a possibilidade de ascensão social pelo ensino superior.

Por um lado, as diferenças de *habitus* e capitais — segundo a perspectiva bourdieusiana — revelam desafios na convivência cotidiana, evidenciando as desigualdades nas trajetórias acadêmica, nas redes de relações sociais e na própria noção de pertencimento. Tais diferenças confirmam a persistência da estratificação horizontal do ensino superior, na qual cursos de maior prestígio, como Medicina, continuam valorizando capitais econômicos e sociais historicamente privilegiados.

Por outro lado, as entrevistas indicam que, mesmo diante de tensões, os estudantes desenvolvem estratégias de permanência, tais como a criação de vínculos com trajetórias semelhantes, o aproveitamento de políticas de permanência da própria universidade e a entrada em grupos esportivos. Sob a perspectiva de Lahire (2002, 2016), essas experiências favorecem a constituição de indivíduos plurais, capazes de reconfigurar seus *habitus.*

Outro aspecto recorrente nos depoimentos é o sentimento de orgulho associado ao fato de serem a primeira geração das suas famílias a ingressarem em uma universidade federal, em um curso reconhecido pelo alto prestígio social e valorização econômica. Esse orgulho está diretamente associado às políticas de ações afirmativas, que representam uma democratização do acesso ao ensino superior e à ascensão social.

Nesse sentido, as trajetórias universitárias não são simplesmente a incorporação de *habitus* acadêmico; ao contrário, os indivíduos reconfiguram seus *habitus* pela incorporação de disposições plurais e heterogêneas, resultado da interação em múltiplos espaços de socialização em que foram inseridos ao longo das suas trajetórias sociais.

Outro tema central afirmado nas entrevistas refere-se ao amadurecimento das políticas de ações afirmativas. Os ingressantes na carreira de Medicina nos primeiros anos de implementação da política enfrentaram mais episódios de discriminação em comparação aos que ingressam posteriormente, refletindo um processo gradual de normalização da presença de discentes cotistas no *campus.*

Com o passar do tempo, a ampliação da representatividade, a divulgação de pesquisas que evidenciam o bom desempenho acadêmico dos cotistas (Silva *et al.*, 2020) e o fortalecimento da conscientização contribuem para reduzir essas práticas, por meio do debate sobre as condições e a representatividade que as cotas trouxeram para a universidade (Passos, 2015).

Entretanto, esse processo não ocorre sem tensões. Esses estudantes cotistas ainda permanecem ligados a estigmas associados à sua capacidade e desempenho. Esse processo é descrito por Goffman (1988) ao tratar o estigma como um marcador social que desqualifica o indivíduo dentro de um contexto.

A partir dessa perspectiva, o presente artigo buscou aprofundar um debate ainda incipiente na sociologia da educação

brasileira: as relações entre estudantes cotistas e não cotistas no contexto de cursos de alto prestígio social. Diante das experiências narradas pelos beneficiários do curso de Medicina da UFSC, o estudo evidenciou que as políticas de ações afirmativas não apenas diversificaram o perfil discente, mas também reconfiguraram os espaços, conflitos e possibilidades de transformação da universidade.

Referências

Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas*: *sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus.

Bourdieu, P. (1998). Os três estados do capital cultural. In: M. A. Nogueira; A. Catani, A (Org.), *Escritos de educação* (pp. 71-79). Petrópolis: Vozes.

Bourdieu, P. (2005). A ilusão biográfica. In P. Bourdieu, *Razões práticas*: *sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus.

Bourdieu, P; Passeron, J.-C. (2011). *A reprodução*: *elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 4a ed. Petrópolis: Vozes.

Bourdieu, P.; Passeron, J.-C. (2014). *Os herdeiros*: *os estudantes e a cultura*. Florianópolis: UFSC.

Bourdieu, P.; Saint-Martin, M. (2015). As categorias do juízo professoral. In M. A. Nogueira; A. Catani (Org.), *Escritos de educação* (pp. 205-241). Petrópolis: Vozes.

Bonaldi, E. V.; Viricimo, L. (2024). Estudantes cotistas no curso de Medicina da UFSC/Florianópolis: dois perfis. *SciELO Preprints*.

Brasil. (2016). *Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016*. (2016, 28 de dezembro). Altera a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF: Presidência da República.

Brasil. (2012). *Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012*. (2012, 29 de agosto). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Carvalhaes, F.; Ribeiro, C. (2019). A. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. *Tempo Social*, *31*(1), 195-233. https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.135035

Cassoli, A. T. (2016). As cotas da UFSC na opinião de seus graduandos. In I. Schererwarren; J.-C. Passos, *Ações Afirmativas na Universidade*. *Abrindo novos caminhos* (pp. 33-54). Florianópolis: UFSC.

Catani, A.; Oliveira, J. F. (2002). *Educação superior no Brasil*: *reestruturação e metamorfose das universidades públicas*. Petrópolis: Vozes.

Coelho, E. C. (1999). *As profissões imperiais*: *Medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro. 1822-1930.* Rio de Janeiro: Record.

Frank, M. R. C.; Rempel, C. (2022). *Medicina*: *uma história*. Lajeado: Editora Univates.

Goffman, E. (1988). *Estigma*: *notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

Lahire, B. (2002). *O homem plural*: *os determinantes da ação*. Petrópolis: Vozes.

Lahire, B. (2016). O homem plural ou a sociologia em escala individual. In F. Vandenberghe, F; J.-F. Véran (Org.), *Além do habitus*: *teoria social pós-bourdieusiana*. Rio de Janeiro: 7 letras.

Lucas, R.; Byrne, D. (2017). Seven Principles for Assessing Effectively Maintained Inequality. *American Behavioral Scientist*, *61*(1), 132-160. https://doi.org/10.1177/0002764216682990

Nascimento, M. M. *et al*. (2020). Dez anos de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: o papel social dos institutos federais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, *101*(257), 120-145. https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.101i257.4420

Macedo, A. S. *et al*. (2016). O papel dos atores na formulação e implementação de políticas dinâmicas, conflitos e interesses no Programa Mais Médicos. *Cadernos EBAPE.BR*, *14*(spe), 593–618. https://doi.org/10.1590/1679-395117188

Passos, J. C. (2015). Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. *Educação em Revista*, *31*(2), 155-182. https://doi.org/10.1590/0102-4698134242

Ribeiro, C. A. C.; Schlegel, R. (2015). Estratificação horizontal da educação superior no Brasil (1960 a 2010). In M. Arretche (Org.), *Trajetórias das desigualdades*: *como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos* (pp. 133-162). São Paulo: Editora Unesp.

Ristoff, D. (2014). O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, *19*(3), 723–747. https://doi.org/10.1590/S1414-40772014000300010

Silva, B. C. M. *et al*. (2020). Sistema de cotas e desempenho: uma comparação entre estudantes cotistas e não cotistas. *Administração Pública e Gestão Social*, *12*(3).

Tragtenberg, M. (2012). O processo de elaboração e aprovação do Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina (2002-2007). In J. T. Santos (Org.), *Cotas nas universidades*: *análises dos processos de decisão*. Salvador: CEAO.

Tragtenberg, M. *et al*. (2013). Impacto das ações afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina (2008-2011). In J. T. Santos (Org.), *O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)*. Salvador: CEAO.

Vargas, H. M. (2010). Sem perder a majestade: "profissões imperiais" no Brasil. *Estudos de Sociologia*, *15*(28).

Vargas, H. M.; Silva, A. G. (2018). Portugueses e brasileiros na universidade portuguesa: aspectos sobre acesso e permanência. *Movimento Revista de Educação*, *9*, 313-329. https://doi.org/10.22409/mov.v0i9.491

Viricimo, L. (2025). *"Há diferenças entre os iguais?"*: as trajetórias sociais dos estudantes ingressantes pelo Programa de Ações Afirmativas da UFSC nas carreiras de Medicina e Pedagogia (Tese de doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

Recebido em 09/09/2025. Aprovado em 15/10/2025.

Licença CC BY-NC 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International – CC BY-NC 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio para fins não comerciais, desde que o trabalho original seja corretamente citado.